



**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**  
**PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903**  
**FAX Nº 231-1518**

PROCESSO CEE Nº : 131/93 - Ap. Proc. CEE nº 0470/93 Apenso  
Processo DRE de Ribeirão Preto nº 6.013/  
1700/92 - Reautuado em 05-01-94 e 07-10-94  
INTERESSADA : Prefeitura Municipal de Itápolis  
ASSUNTO : - Solicita autorização para funcionamento  
do Curso de 2º Grau - Habilidação Profis-  
sional Plena de Técnico em Agropecuária,  
junto à EMPG Agropecuária de Itápolis  
RELATOR : Conselheiro Francisco Aparecido Cordão  
PARECER CEE NO : 845/94 CESSG Aprovado em: 14-12-94

**CONSELHO PLENO**

**1. RELATÓRIO**

**1.1 HISTÓRICO**

1.1.1 A Prefeitura Municipal de Itápolis, mantenedora da EMPG Agropecuária de Itápolis, situada na Rodovia SP 333, Km 196, em Itápolis, solicita autorização para funcionamento do Curso de 2º Grau com a Habilidação Profissional Plena - Técnico em Agropecuária junto à escola, bem como a aprovação do respectivo Plano de Curso e da Proposta de alteração do Regimento Escolar, ora em vigência.

1.1.2 A referida escola está funcionando como experiência pedagógica, no ensino de 1º grau, de 5ª a 8ª série, com Terminalidade em Agropecuária. Foi aprovada pelo Parecer CEE nº 47/89, publicado no DOE de 31-01-89.

1.1.3 Encaminhados os autos, a Sra Diretora Regional de Ensino de Ribeirão Preto designou, através de Portaria, Comissão, de Supervisores de Ensino para as providências contidas na Resolução SE nº 72/88.



PROCESSO CEE N° 131/93

PARECER CEE N° 845/94

1.1.4 Após vistoria dos materiais, equipamentos e instalação, bem como da análise da documentação e verificação da compatibilidade entre o Regimento Escolar e Plano de Curso, a referida Comissão concluiu que foram cumpridas as exigências da legislação vigente, manifestando-se favoravelmente ao pedido.

1.1.5 O Delegado de Ensino de Itápolis acolheu o parecer da Comissão e os autos foram protocolados no CEE.

1.1.6 Analisados os autos, a CESG decidiu baixar o protocolado em Diligência para cumprimento das determinações contidas no Parecer CEE n° 047/89, em que foi questionado o seguinte:

- tendo expirado o prazo de autorização da experiência pedagógica para o 1º grau, o que pretende a escola?

- qual foi o acompanhamento feito pelas respectivas Delegacias de Ensino a que a escola esteve vinculada?

- relatórios anuais da escola.

1.1.7 Em atendimento às solicitações deste Colegiado o Secretário Municipal de Educação, Esportes e Cultura do Município de Itápolis enviou ofício relatando as pretensões da EMPG Agropecuária de Itápolis e relatórios anuais referentes à experiência pedagógica durante os anos de 1989, 1990, 1991 e 1992. Esses relatórios anuais deram origem ao Proc. CEE n° 0470/93 que se encontra apensado ao Proc. CEE n° 0131/93.



PROCESSO CEE N° 131/93

PARECER CEE N° 845/94

1.1.8 A Delegacia de Ensino de Itápolis, por sua vez, enviou o seu parecer sobre o desenvolvimento da experiência pedagógica durante esses 04 anos na EMPO Agropecuária de Itápolis.

1.1.9 No ofício nº 239/93, de 01-06-93, o Secretário Municipal de Educação, Esportes e Cultura da Prefeitura Municipal de Itápolis, informa que:

- a Escola pretende a regularização do Ensino de 1º grau (5ª a 8ª série) com terminalidade em Agropecuária e autorização para funcionamento do Ensino de 2º grau - Habilitação Profissional Plena de Técnico em Agropecuária;

1.1.10 os relatórios anuais de 1989, 1990, 1991, 1992, sobre a experiência pedagógica, registram o desenvolvimento pedagógico do curso de 1º Grau (5ª a 8ª séries) com terminalidade em Agropecuária, em regime de internato, com oito horas diárias de aulas.

1.1.11 Em síntese, os documentos abordam os seguintes itens:

A - Informações Gerais:

- Identificação da Escola;

- Identificação do Curso;

B - Estrutura Física:



PROCESSO CEE N° 131/93

PARECER CEE N° 845/94

- área territorial;
- prédios;
- relação dos ambientes;
- alojamento para alunos de outros municípios;

C - Estrutura Didática:

- corpo docentes;
- corpo discentes;
- currículos;

D - Projetos desenvolvidos:

a) Foram anexados também:

- Quadro de matrículas e do Rendimento;
- Quadro curricular;

1.1.12 A Supervisão de Ensino da EMPO Agropecuária de Itápolis, em seu parecer, expõe que:

A - Durante o ano letivo de 1991, a escola esteve sob a jurisdição da DE de Taquaritinga, que analisou o Plano Escolar de 89 e o homologou em caráter excepcional, em 21-02-90. A partir de 1990, a escola passou para a DE de Itápolis:



PROCESSO CEE N° 131/93

PARECER CEE N° 845/94

B - No que diz respeito aos recursos humanos, a escola conta com o Diretor, um Auxiliar de Serviços Gerais, um Técnico-Agronegócio e o corpo docente. Inexistem elementos de Apoio Técnico-Pedagógico e Administrativo como: Coordenador Pedagógico, Orientador Educacional, Auxiliar de Diretor, Secretária, Escriturários, Serventes, Almoxarife e Zelador. A Diretora da Escola só foi admitida em 1990 e demitida em 1993:

C - A escola programou grupos de reforço de aprendizagem, grupos de estudo orientado, e Projetos como: tratos culturais para as culturas regionais, controle de pragas e doenças, planejamento e instalação de hortas, adubação e colheita, preparo de solos, formação de viveiros e mudas etc;

D - Foi organizado curso extra curricular de Inglês para atender aos alunos, principalmente aos que se transferiam para outras escolas do município, cuja grade curricular incluía Inglês, obrigando-os a se submeterem a adaptações na escola recípiendária - diante desse fato, a escola resolveu alterar também a sua grade curricular, incluindo Inglês, a partir de 1992;

E - As falhas existentes na documentação de professores e de alunos foram sanadas;

F - Não foi instalada a APM nem o Grêmio Estudantil;



PROCESSO CEE N° 131/93

PARECER CEE N° 845/94

G - A escola continua mantendo as quatro séries de 1º Grau (5ª a 8ª) e instalou no início de 1993 a 1ª série do 2º grau, com 38 alunos:

H - A escola é bem equipada, conta com boa alimentação, eficientes professores e a escassez de funcionários não chegou a prejudicar o processo educativo.

I - Existe uma preocupação, desde o primeiro ano de funcionamento (1989) e que se manteve nos outros anos, que é a seguinte: o percentual de promoção é baixo, considerando-se que a escola está bem instalada e equipada. Exemplo:

ANO	SÉRIE	ALUNOS MATRICULADOS	ALUNOS PROMOVIDOS
1989	5ª	60	32
1990	6ª	29	24
1991	7ª	22	16
1992	8ª	15	15

## 1.2 APRECIACÃO

1.2.1 Versam os autos sobre pedido de autorização de instalação e funcionamento do Curso de 2º Grau com a Habilitação Profissional Plena - Técnico em Agropecuária, junto à EMPG "Agropecuária de Itápolis", situada à Rodovia SP 333, Km 196, em Itápolis/SP. DE de Itápolis - DRE de Ribeirão Preto, mantida pela Prefeitura Municipal daquela localidade, bem como da aprovação do respectivo "Plano de Curso" e da proposta de alteração do Regimento Escolar, ora em vigência.



PROCESSO CEE N° 131/93

PARECER CEE N° 845/94

1.2.2 No que diz respeito ao Regimento Escolar, verifica-se que houve mudança de denominação da escola para EMPSS Agropecuária "Dr. Ulisses Guimarães", mantendo os seguintes cursos:

- Ensino de 1º grau de 53 a 82 série com Terminalidade em Agropecuária (experiência pedagógica com prazo expirado);

- Ensino de 2º Grau - Habilitação Profissional Plena de Técnico em Agropecuárias;

1.2.3 Com relação ao Plano de curso, observa-se que segue, em linhas gerais, o estabelecido na Deliberação CEE nº 26/86, contendo:

- objetivos específicos da habilitação;

- organização curricular;

- forma de acompanhamento, controle e avaliação do processo educacional, conforme disposto no RE;

- relação dos conteúdos programáticos das disciplinas que o compõem;

- a grade curricular contempla as matérias profissionalizantes determinadas pelo Parecer CFE nº 45/72 (Desenho, Topografia, Adm., Econ., Rural, Agricultura, Zootécnica, Const. Inst. Rurais, Irrigação, Drenagem, Culturas, Criações). O curso terá 4.240 horas de aula (2.320 na parte comum e 1.920 na parte de formação especial);



PROCESSO CEE N° 131/93

PARECER CEE N° 845/94

1.2.4 Quanto ao dispositivo constitucional que se refere ao atendimento prioritário do ensino de 1º grau, pelas Prefeituras Municipais e a Deliberação CEE nº 05/92, observa-se que às fls 204 a 230 do anexo consta o Plano Diretor da Prefeitura, no que se destaca:

- classes municipais de pré-escolar;
- classes de primeiro e segundo graus Municipais;
- serviços escolares;
- transportes;
- merenda escolar;
- conservação e manutenção de prédios escolares;
- Assistência Escolar;
- médico odontológico e nutricional;
- psicologia;
- serviço social/escolar;
- Orientação Educacional;
- Educação Esportiva;
- Educação Física;



PROCESSO CEE N° 131/93

PARECER CEE N° 845/94

- esportes e competições;
- Artes e Cultura;
- bibliotecas;
- museus;
- escola de artes: dança, música e teatro.

1.2.5 A Prefeitura Municipal de Itápolis mantinha Convênio de Entrosaçãem (de acordo com fls 27/30 do Processo CE n° 1.862/88) com diversas escolas do município:

- a) Escolas Municipais de 1º grau (isoladas - 1ª à 4ª séries), subordinadas à Prefeitura Municipal de Itápolis, com sede na R. Barão do Rio Branco, 731;
- b) Escola de 1º Grau Agropecuária;
- c) Escola "Profª Isófila Pinto de Camargo";
- d) EEPG "Prof. Júlio Ascânia Mallet";
- e) EEPG "Valentim Gentil";
- f) EEPG "Dr. Antônio Moraes Barros";
- g) EEPG (a) "Profª Maria de Loudes Gentile Stefano";
- h) EEPG "João Caetano da Rocha";
- i) EEPG "Pedro Mascari".



PROCESSO CEE N° 131/93

PARECER CEE N° 845/94

1.2.6 Não consta dos autos publicação em DOE do "Termo de Entrosaçam". No entanto, tendo em vista os prazos estabelecidos pela Deliberação CEE nº 05/89, que dispõe sobre Convênio de Entrosaçam, deve ter vencido o "Termo de Entrosaçam" firmado entre a PM de Itápolis e as escolas acima mencionadas. Havendo interesse em prorrogá-lo, os interessados devem solicitar isto junto à DE, nos termos da Deliberação CEE nº 05/93.

1.2.7 Em 24-08-94, por solicitação do então Relator do processo da Câmara do Ensino do 2º Grau, o atual Presidente do Colegiado, Prof. Nacim Walter Chieco, juntamente com este Relator, foi realizada neste Colegiado, reunião específica, onde foram discutidas as dificuldades e as necessidades referentes à implantação da Habilitação Profissional Plena de 2º Grau em Agropecuária na Escola Municipal "Dr. Ulisses Guimarães", de Itápolis, DE de Itápolis, DRE de Ribeirão Preto.

Participaram da reunião de 24-08-94, além dos Conselheiros Nacim Walter Chieco, Francisco Aparecido Cordão, Maria Clara Paes Tobe e Domingas Maria do Carmo Rodrigues Primiano, o Sr. Prefeito Municipal de Itápolis, o corpo diretivo da Escola em questão, o Delegado de Ensino de Itápolis, a Diretora da Divisão Regional de Ensino de Ribeirão Preto e seus assistentes jurídico e de 2º grau, o Presidente do Conselho Deliberativo do CEETPS e seu assessor, a Diretora do Departamento de Pedagogia e apoio didático e o coordenador de relações empresariais, da Escola Agropecuária Federal, de Minas Gerais, representante da Escola Técnica Agrícola de Jaboticabal, da UNESP e o Prof. Naqib Leitune Kalil, Secretário da Educação Média e Tecnológica do MEC - Ministério da Educação, Cultura e do Desporto.



PROCESSO CEE N° 131/93

PARECER CEE N° 845/94

na referida reunião "foram levantadas as hipóteses para o encaminhamento do assunto. Foi decidido, por consenso dos participantes da reunião que, por ato e sob a coordenação da DRE de Ribeirão Preto, será instituída uma Comissão com um representante dos seguintes órgãos/entidades:

- a) Secretário de Estado da Educação;
- b) Centro Educacional de Educação Tecnológica "Paula Souza" (CEETPS);
- c) Escola Agropecuária Federal de Inconfidentes - MG;
- d) UNESP Jaboticabal;
- e) Escola Municipal "Dr. Ulysses Guimarães", de Itápolis.

Essa Comissão visitará a escola e apresentará relatório dentro do prazo estabelecido pela DRE, sobre as condições e viabilidade de funcionamento da habilitação pleiteada".

1.2.8 O relatório final da Comissão Constituída para análise e possíveis subsídios ao Conselho Estadual de Educação, com referência à EMSP Agropecuária do Município de Itápolis, foi protocolado neste colegiado em 30-09-94.

1.2.9 Acolhendo o Parecer da Comissão Constituída pela Divisão Regional de Ensino de Ribeirão Preto, após a referida reunião de 24-08-94, por solicitação deste Colegiado, sou pela seguinte conclusão:



PROCESSO CEE N° 131/93

PARECER CEE N° 845/94

## 2. CONCLUSÃO

À vista do exposto, nos termos deste Parecer:

2.1 encaminhe-se o protocolado à Delegacia de Ensino de Itápolis, para as providências de regularização da vida escolar dos alunos da EMPG Agropecuária do Município de Itápolis nos anos de 1993 e 1994, período em que funcionou como experiência pedagógica, mesmo após ter o prazo de validade da mesma expirado, bem como de encerramento do período de experiência pedagógica e concessão de autorização definitiva como Escola de 1º Grau, nos termos da Deliberação CEE nº 03/92;

2.2 convalidam-se os atos escolares dos alunos da Habilitação Profissional Plena de Técnico em Agropecuária, da então EMPG Agropecuária de Itápolis, hoje Escola Municipal de 1º e 2º Graus Agropecuária "Dr. Ulisses Guimarães", de Itápolis, nos anos de 1993 e 1994, garantindo-se a esses alunos a conclusão da habilitação profissional já iniciada na unidade escolar, com vida escolar devidamente regularizada;

2.3 a Escola em questão não deverá efetuar novas matrículas na 1ª série do ensino de 2º grau, até que se redimensione e viabilize a manutenção da Habilitação Profissional Plena em Agropecuária no Estabelecimento de Ensino;



PROCESSO CEE N° 131/93

PARECER CEE N° 845/94

2.4 aprovam-se o Regimento Escolar e o Plano de Curso em questão apenas para vigência com as turmas, em andamento, em caráter temporário;

2.5 enviem-se cópias do presente Parecer à requerente, à Prefeitura Municipal de Itápolis e à Divisão Regional de Ensino de Ribeirão Preto.

São Paulo, 23 de novembro de 1994

a) Cons. Francisco Aparecido Cordão  
Relator

### 3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Domingas Maria do Carmo Rodrigues Primiano, Francisco Aparecido Cordão, Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães, Maria Baccheto, Pedro Salomão José Kassab, Roberto Moreira e Yugo Okida.

Sala da Câmara do Ensino do Segundo Grau, em 30 de novembro de 1994

a) Cons. Maria Baccheto  
Vice-Presidente da no exercício da Presidência da CESG



PROCESSO CEE N° 131/93

PARECER CEE N° 845/94

## DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova,  
por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo  
Grau, nos termos do voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 14 de  
dezembro de 1994.

a) Cdes. Nacim Walter Chieco  
Presidente